

## PRÁTICAS REFLEXIVAS ACERCA DO BI/MULTILINGUISMO: INSTIGANDO A AUTOCONSCIÊNCIA DAS PESSOAS SURDAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE ESCRITA

Valdirene Nascimento da Silva Oliveira<sup>1</sup>, Regiane da Silva Freira<sup>1</sup>, Antonia Diniz<sup>2</sup> e  
Kaio Patricio de Castro Lustosa<sup>1</sup>

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil;

2. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil;

### RESUMO

Este artigo é resultante de um projeto de extensão realizado no Instituto Federal do Acre tem como objetivo contribuir com a construção do conhecimento em Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos (L2). Buscou-se analisar por que as pessoas surdas com plenas faculdades cognitivas assim como as pessoas ouvintes, apresentam grandes limitações comunicativas? Além disso, discutiu-se os aspectos linguísticos, históricos culturais e políticos no que tange o processo educacional das pessoas surdas à luz da pesquisa colaborativa, do método dedutivo, e da análise de conteúdo. Assim, pôde-se constatar que os cursistas surdos foram muito participativos, adquiriram competências e habilidades com o uso da língua portuguesa, ampliação do domínio da Libras, que há resistência histórica em aprender LP, a importância da articulação da Libras e LP para o ensino da LP na modalidade escrita, a relevância da escolha do conteúdo e da metodologia utilizada.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa, Bilinguismo, Ensino surdos e Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article is the result of an extension project carried out at the Federal Institute of Acre and aims to contribute to the construction of knowledge in Portuguese as a second language in the written modality for the deaf (L2). We sought to analyze why deaf people with full cognitive faculties, as well as hearing people, have great communicative limitations? In addition, linguistic, historical, cultural and political aspects regarding the educational process of deaf people were discussed in the light of collaborative research, the deductive method, and content analysis. Thus, it could be seen that the deaf course participants were very participatory, acquired skills and abilities with the use of the Portuguese language, expansion of the domain of Libras, that there is historical resistance to learning LP, the importance of

the articulation of Libras and LP for teaching of LP in the written modality, the relevance of the choice of content and the methodology used.

**Keywords:** Portuguese Language, Bilingualism, Deaf Teaching and Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante de um projeto de extensão realizado no Instituto Federal do Acre no ano de 2018, tem como objetivo contribuir com a construção do conhecimento em Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos (L2). Observa-se que o Decreto 5626/05 compreende a educação bilíngue para os surdos como uma questão social que envolve duas línguas em uma relação intrínseca com aspectos culturais determinantes e determinados por cada língua.

É notória e inquestionável a importância da Libras para o surdo, mas tal constatação não desvirtua o aprendizado do português escrito, com língua de acesso e comunicação ao contexto ouvinte que a pessoa com surdez vive no contexto escolar que abrange o projeto o domínio do português na modalidade escrita que é de extrema importância como meio de expressão acadêmica, política, social e econômica. Sem essas competências de leitura, escrita e produção textual o surdo terá prejuízos no que diz respeito a conteúdos necessários para a vida pós-acadêmica.

Com uma visão pautada numa educação inclusiva de qualidade o IFAC, através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, ofertou um curso voltado para o ensino da segunda língua doravante nomeada de L2 por meio desse projeto de extensão que visa o atendimento de educando surdos do IFAC bem como comunidade externa, com o ensino de língua portuguesa escrita, contribuindo significativamente com a construção do conhecimento desse aluno tanto para vida acadêmica quanto para cidadania em meio ao contexto social.

A razão motivadora desta ação interventiva pautou-se numa realidade vivenciada pelos estudantes surdos, visto que na maioria dos casos, estes educandos não dominam nem a Libras, nem as Linguagens gestuais, e muito menos Língua portuguesa escrita, não obstante, tal situação não distancia-se do cotidiano do IFAC Campus Rio Branco /CRB sendo um fator determinante para que ainda que de modo simbólico possamos contribuir significativamente no sentido crítico-constructivo frente à escolarização certificada e de mundo destas pessoas com surdez.

Ante tal realidade buscou-se analisar por que as pessoas surdas com plenas faculdades cognitivas assim como as pessoas ouvintes, apresentam grandes limitações comunicativas?

Por fim, o presente artigo está organizado em Metodologia, Discussão teórico-legal, Análise prática-reflexiva e considerações finais.

## 2. MATERIAIS E MÉTODO

Com intuito de viabilizar o desenvolvimento prático-discursivo do projeto que teve como resultado a realização de um curso de Português como segunda língua e este manuscrito que visa estimular outras ações e formação contínua de professores e estudantes surdos, recorreu-se ao método da pesquisa colaborativa trazido por Tikcs, Silva e Brum (2011).

Para eles, a pesquisa colaborativa não tem o viés de descrever e explicar fenômenos, ações ou processos, mas sim, intervir no sentido de possibilitar condições favoráveis afim de agir coletivamente em prol de reconfigurações sociais, objetivando o bem comum a todos, bem como potencializar resoluções de problemas no cotidiano da sala de aula.

Também ancoramo-nos na análise de conteúdo conforme Silva (2015), no método dedutivo em Gil (2008) quanto a elaboração do trabalho científico.

O curso em discussão ancorou-se nas contribuições de Botelho (2002) e Fernandes (2003).

Os dados analisados advém de revisão de literaturas e práticas vivenciadas pelos professores e discentes durante o curso e compartilhadas entre os autores deste manuscrito, cabe salientar que três dos autores atuaram diretamente coordenando e ministrando as aulas para o público-alvo supramencionado.

O quadro 1 denota os aspectos que caracterizaram a efetivação do curso proposto. Em Seguida o quadro 2 descreve os conteúdos trabalhados

### Quadro 1. Características do curso proposto.

<p><b>Público-alvo:</b> alunos surdos e instrutores de Libras da rede estadual, municipal,</p> <p><b>Número de pessoas beneficiadas:</b> 25</p> <p><b>Período de realização:</b> 13 de junho a 22 de julho 2018</p> <p><b>Local de realização:</b> Campus Rio Branco/Xavier Maia</p> <p><b>Carga horaria:</b> 140h aulas de segunda a sábado.</p>
<p><b>O Curso de Extensão em Língua Portuguesa para Surdos teve como Objetivo Geral</b></p> <p>Desenvolver a competência Linguística, bem como textual, dos alunos com surdez, para que sejam capazes de ler e escrever em língua portuguesa, ampliando seu acervo textual, além de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, pelos quais possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação e de enunciação.</p> <p><b>Objetivos específicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ampliar novos vocabulários da língua portuguesa.</li><li>• Cultivar no aluno com surdez o processo de criar signos, para interagir com outras pessoas por meio da produção de textos escritos - bilhetes, cartas etc.</li><li>• Propor atividades de escrita contextualizada, ou seja, a partir de um dado assunto (aprender a escrever com sentido e não apenas desenhar palavras).</li><li>• Contextualizar o uso do léxico (das palavras) da Língua Portuguesa escrita em várias situações diferentes</li><li>• Criar sinais dentro do contexto do IFAC, que venha minorar as dificuldades de comunicação nas disciplinas técnicas e superiores.</li></ul>

### Quadro 1. Conteúdos trabalhados no curso.

<b>Conteúdos trabalhados</b>
Empenho em apropriar-se das convenções da língua escrita;
Linguagem verbal e não verbal;
Sintaxe: - Sintagma - Frase, período e oração;
Sinais de pontuação;
Classes de palavras
Produção textual
Tipologia textual;
Relato pessoal;
Gêneros textuais;
Temas transversal
Significado;
Interpretação textual
Contextualização.

## 2.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Contextualização e problematização dos conceitos abordados, a partir de situações do cotidiano escolar;
- Roda de leitura e discussão dos textos;
- Estudo dirigido, individual e em grupo;
- Aulas expositivas com utilização de recursos audiovisuais (data show);
- Apresentação de vídeos e filmes;
- Aulas práticas nas escolas;
- Elaboração de relatórios;
- Atividades sequenciadas que possibilitem:
  - discussão sobre formas errôneas que poderiam aparecer na escrita de certas palavras;
  - conclusões sobre a existência ou não de regra ortográfica para cada caso.
- Situações de uso do dicionário, em que o professor informe sobre sua organização: aspectos relativos à ordem alfabética e composição dos verbetes (entrada, numeração, pontuação etc.).
- Para além do exposto, trabalhamos os conteúdos articulados com os recursos de tecnologias assistivas como aparelhos celulares em troca de mensagens, tradução textual LIBRAS X PORTUGUÊS vice vessa, computadores como meios de escrita e troca de e-mails, correção textual, demonstração de vídeos em Libras traduzidos para a LP para entendimento dos professores como forma de avaliar a compreensão de texto por parte dos alunos surdos etc.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1. DISCUSSÃO TEÓRICO-LEGAL

De acordo com Gramsci (1982) e Paulo Freire (1987) a sociedade é eivada de intenções de natureza cultural, política e econômica, sendo composta pelos dominantes (elite/hegemonia capitalista /intelectuais e chão da fábrica /trabalhadores conformados de sua condição social) opressores (poderosos) e oprimidos (classes menos favorecidas).

Isso traduz na prática que os interesses por trás de cada realidade podem acarretar anos de retrocesso no desenvolvimento individual ou coletivo de determinados grupos sociais como é o caso das pessoas com deficiência, neste caso a retração linguística sociocultural, em específico a educação dos surdos remonta de uma série de questões interessadas e que nem sempre trouxe bons resultados a exemplo dos cem anos de oralidade.

Tomando por base que a interação social é responsável pelas inter-relações sociais que permeio os mais diversos âmbitos da sociedade, a escola tem um papel primordial em atuar numa perspectiva de incluir a todos os alunos independentemente de sua condição biopsicossocial como bem explicam Diniz (2007), Mantoan (2012) e Camargo (2017)

Saussure (2001) destaca a “língua” como elemento dicotômico, dividida em duas parte (langue e parole), a qual abarca desde as interações convencionais às mais remotas resignificando-se, estendendo-se, concretizando-se e subjetivando-se, tudo para atender as especificidades de seus usuários potenciais (seres humanos), sendo a “língua” e a palavra indissociáveis.

Fiorin, (2012) corrobora dizendo que a linguagem é, então, a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social. Enfatiza que a linguagem não serve apenas para apreender a realidade, e compartilhamentos de experiências, mas também para exprimir todas as maneiras de sentimentos e ir além da realidade adentrando-se nas abstrações. Assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação”. Dessa forma, os sujeitos cognoscentes, estabelecem condições comunicativas utilizando-se da capacidade criativa para alcançarem um conforto linguístico natural (FIORIN, 2012).

No tocante ao termo Bi/multilinguismo constante no título deste artigo, tencionou-se uma reflexão analítico-reflexiva acerca das restrições linguísticas impostas aos surdos da antiguidade à contemporaneidade, tornando sua sociabilização “editada” pelas forças capacitistas, ou seja, sendo as pessoas surdas, com intelecto perfeito para apreender conhecimentos diversos como as demais pessoas normoauditivas, por que são limitadas à apenas o achismo alheio, ao invés disso os sistema educacional buscar alternativas que promovam aprendizado nas e pelas diversas línguas?

Bastos e Hubner (2020) explicam que embora o ensino de LP2 e de línguas estrangeiras como o Inglês seja de difícil assimilação por parte dos surdos, porém necessário, considerando que o processo atual de globalização exige adaptabilidades diversas principalmente linguísticas e que as pessoas surdas não estão alheias aos

parâmetros curriculares brasileiros, sendo o Inglês obrigatoriedade e o espanhol e outros podendo ser opcionais.

Seguem dizendo que a grande problemática decorre da falta de efetivação dos direitos destas pessoas, pois é possível acontecer de numa aula de Inglês, o professor não saber Libras e o tradutor/intérprete não saber Inglês e o discente surdo não saber língua portuguesa. Levando em conta que as línguas se articulam no sentido da compreensão, tais fatores são preponderantes para inviabilizar o processo de ensino/aprendizagem, entretanto, quando há intervenção adequada, o surdo desenvolve sua língua natural (Língua de sinais) LP2 e outras línguas, posto que são sujeitos capazes de ir além do que preconiza o senso capacitista.

Abordamos sob o viés linguístico, porque a discussão apresentada, decorre do ensino bilíngue /multilíngue e portanto requer um olhar amplo da temática, posto que cada língua possui estruturação própria, no entanto, há características comuns a todas elas como é o caso da finalidade de promover comunicação social. Saussure (2001), Fiorin (2012) e Araújo, Pereira e Viana (2020)

### 3.2. INFLUÊNCIA POLÍTICA NA CULTURA EDUCACIONAL DA PESSOA SURDA

Historicamente as pessoas que não atendem o padrão socialmente construído de corponormatividade são subjugadas e entendidas como menos “humanas”, “incapazes”, Diniz (2007) além disso, criou-se uma extensão educacional exclusiva para estas pessoas denominada Educação Especial. Ao invés de “caminhos diferentes almejando condições iguais” tal viés educacional resultou durante séculos em exclusão absoluta, extermínio, segregação e abandono destas pessoas Anjos e Silva (2011).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino definida “como um conjunto de recursos e serviços especiais, tudo para que haja uma educação formal dos educandos que apresentam necessidades muito diferentes daquelas do aluno comum” (BRASIL, 2008).

Note-se que o conceito de Educação Especial acima, remete a meios de acessibilidade no contexto escolar das pessoas com deficiência, porém em nem um momento faz menção ao trato dado às PcD por tanto tempo, reafirmando assim, que as mesmas foram subsumidas por forças político-econômicas e culturais. Silenciadas pelo capacitismo e “condenadas” a invisibilidade social.

Para Anjos e Silva (2011), a Educação Especial (EE), ao longo da história passou por cinco estágios denominados de: Exclusão absoluta, a era do extermínio, a segregação, a integração e a vigente era da inclusão.

Com advento da mobilização social (vozes críticas) surgiram legislações internacionais e nacionais como a Declaração de Salamanca (1994) um dos importantes marcos histórico-legal para as pessoas com deficiência, pois define políticas e práticas em Educação Inclusiva, além de ampliar os conceitos de necessidades educacionais especiais. A Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência (ONU 2007). A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96) e a implantação do Atendimento Educacional Especializado nas escolas (2008) ratificando a importância da Educação Especial para a plena participação efetiva do seu público-alvo na sociedade.

No Brasil, conquistou-se o estatuto da pessoa com deficiência (A Nova lei de Inclusão, Lei n.º 13.146/15), o ano de 2015 representa um marco legal de fundamental importância no processo inclusivo), ratifica o resultado das lutas das vozes críticas em prol das pessoas com deficiência.

Embora tenhamos um arcabouço de normas legais no sentido de garantir condições iguais por vias diferentes conforme Vygotsky (1988), ainda assim, na prática imperam as barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas, tecnológicas e programáticas Sasaki (2009)

Nuernberg (2011), complementa dizendo que a “Inclusão Escolar: exige um olhar interdisciplinar (diferentes dimensões): política, jurídica, econômica, cultural, tecnológica, social, subjetiva”. Suscitando pesquisa, extensão teórico-práticas pautadas numa educação para todos. CF/88 (2020)

Em linhas gerais os sujeitos surdos são vítimas de uma educação “injetada” em certas conveniências políticas, culturais, sociais e econômicas. Devido discurso do outro não ser neutro, conforme Fiorin (2009) está eivado de intenções políticas, históricas e relações de poder, estas pessoas muitas vezes por não ouvir e sequer ter recebido instruções e ensino coletivamente construído, apresentam dificuldades em ressignificar as informações recebidas, seja pelo serviço do tradutor intérprete de Libras, professores ou a partir de recursos visuais.

Considerando o que propõe o desenho universal no qual todos os professores souberem Libras não haverá necessidade do intérprete em sala de aula e se o educando surdo dominar a Língua Portuguesa ficará bem mais viável a troca de saberes e práticas,



tendo em vista que em um país capitalista feito o Brasil todas as ações já nascem interessadas, Quais as principais consequências disso?

É possível que intrinsecamente haja um movimento de resistência para que os surdos não incorporem o aprendizado efetivo da Língua Portuguesa - LP2 e a comunidade escolar domine a Libras, ancorado numa disseminação superficial frente a real carência que tais ensinamentos alcancem tanto as pessoas surdas quanto a outra parcela social em massa de modo profundo, pois na atualidade poucas pessoas alcançam um nível elevado no âmbito da Libras restringindo ainda mais a acessibilidade comunicativa das pessoas surdas. Situações expressas no excerto a seguir:

Ao longo da história os surdos foram julgados incapazes de realizar atividades inerentes a qualquer pessoa julgada como "normal" Eles foram então excluídos da sociedade e de seus direitos, principalmente o de acesso à educação, foram desrespeitados (GONÇALVES; FESTA 2013).

Enfatizam a importância do intérprete de Libras para a mediação do conhecimento para o aluno surdo e que esta profissão exige muito esforço e conhecimento específico, é claro que trata-se de um serviço especializado indiscutivelmente necessário, principalmente na conjuntura educacional brasileira, não há como não reconhecer a relevância destes profissionais, assim como os professores de L1 E L2 na formação cidadã dos surdos, contudo, o que se questiona é a forma que na maioria dos casos estes indivíduos por não ouvirem são elididos do acesso às informações de maneira impessoal (GONÇALVES; FESTA 2013).

Durante os cem anos de oralidade torturou-se os surdo pensando a comunicação a partir dos ouvintes acarretando consequências histórico-cultural, pois os mesmos passaram a ser tidos como incapazes de se comunicarem e por conseguinte pensar, resultando em prejuízos sociais, educacionais, funcionais, etc. Só na década de 1960 a Língua gestual (Língua de sinais), ganhou notoriedade e desde então foi assumida como primeira Língua L1 pelo movimento surdo e aliados o que muito vem contribuindo com sua difusão e adesão social (SANTOS, 2013).

Santos (2013) assevera que apesar de várias literaturas apontarem que a Libras possui interdependência principalmente sintática com a Língua Portuguesa, isto não procede, pois a Libras é uma língua com estrutura própria como as demais línguas, assim, depreende-se que a Libras se articula com a LP do mesmo modo que a LP se articula com o ensino de línguas estrangeiras.

Ante a importância da acessibilidade comunicativa para as pessoas surdas as instituições de ensino em parceria com profissionais especializados, articuladas com todos os setores internos, desenvolvam ações colaborativas, formação contínua de professores no âmbito da inclusão, executem projetos interventivos a partir do núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas, e comunidade escolar orientados por uma equipe multiprofissional, afim de construir um ambiente inclusivo.

A comunicação é essencial para a socialização e comunicação dos seres humanos, possibilitando a troca de mensagens e a convivência em grupo. A partir de dados oficiais no Brasil há aproximadamente, 4,6 milhões de pessoas com deficiência auditiva e 1,1 milhão são surdas, totalizando aproximadamente 5,7 milhões de pessoas de acordo com o censo do (IBGE, 2011). As pessoas com surdez compõem uma minoria linguística, cuja língua natural é a língua de sinais (LIBRAS). Aprender a língua de sinais torna-se essencial para o desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e afetivo dos surdos. Em contrapartida, para integrarem-se à comunidade ouvinte e para terem acesso aos bens culturais, os surdos precisam aprender uma segunda língua: a Língua Portuguesa na forma escrita.

As pessoas surdas enfrentam diversas barreiras de acessibilidade comunicativa em função da deficiência, eles têm dificuldades para internalizar de forma natural a língua oral auditiva. No entanto, isso não é um entrave para aprenderem a modalidade escrita da segunda língua, pois seu potencial de percepção é visual; se a memória visual é estimulada, pode-se assegurar a aprendizagem da leitura e da escrita em segunda língua (BOTELHO, 2003).

A maior das dificuldade enfrentada pelos surdos é a barreira da comunicação em Língua Portuguesa, seja ela na modalidade oral ou escrita. O aprendizado da língua Portuguesa tem sido, ao longo de muitos anos, a maior dificuldade para os alunos surdos. Apesar do enorme esforço de professores e de alguns alunos, os resultados nem sempre são satisfatórios. Para Fernandes (2003 p. 85) os surdos estão “despreparados para leitura e compreensão de textos e, certamente, em nítida desvantagem em uma conversação com um ouvinte, mesmo se levadas em conta apenas suas dificuldades com o vocabulário”.

A leitura e a escrita são temas educativos muito importantes para os surdos e são atividades complementares que possibilitam maior participação na sociedade, tendo em vista que a ausência de familiaridade com a LP2, certamente resulta em problemas na argumentação de surdos, considerando-se o fato de que ele lê menos do que um ouvinte, quer por falta de hábito quer pela dificuldade que a leitura lhe acarreta, e por ser considerado

um usuário não competente em potencial no aspecto lexical, pois sua exposição ao léxico é consideravelmente menor que a de ouvinte.

Grande maioria dos alunos surdos chegam a escola sem saber ler, escrever ou até mesmo sem saber a sua língua natural, que é a língua de sinais, por não ter sido estimulados ou não ter contato com a língua quando criança. Muitos surdos são chamados de copistas, pois se limitam somente a cópia o que o professor fez no quadro, não conhecem o signo e o significante, tão pouco os significados, de que trata Saussure (2001) o sistema de ensino vai aprovando esses alunos como forma de se “livrar” da obrigação de lhes “ensinar”, chegando ao ensino superior sem saber ler e escrever de acordo com a norma culta da língua portuguesa, não adquirindo competência linguística na escrita da língua portuguesa.

Por esses motivos, surge a necessidade de uma proposta pedagógica inclusiva que atenda tanto aos objetivos da instituição quanto os da sociedade em geral formando cidadãos atuantes para o mundo do trabalho quanto à valorização e promoção das competências e habilidades dos alunos com surdez com vistas a uma formação cidadã garantindo autonomia comunicacional, neste caso é o ensino do português como segunda língua na modalidade escrita. Justifica-se ainda através do Decreto 5.626, de cinco de dezembro de 2005, que as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo.

O ensino de L2 deve ocorrer no contra turno em que estes educandos estudam por meio do atendimento educacional especializado e através de ações inclusivas nos espaços educacionais num processo contínuo, pois conforme, Fiorin (2012) as línguas são mutantes de modo constante e para os ouvintes falantes de uma língua não é uma tarefa fácil acompanhar a volatilidade linguística e para os surdos isso ainda se torna imensamente mais complexo.

O decreto nº 6.571/2008 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, o documento Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SEESP/2008 e o fascículo elaborado pelo MEC/2010, denominado A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização da Pessoa com Surdez.

O Atendimento dos alunos surdos deve ocorrer no contra turno, pois o ensino de L2 acontece em três momentos: O Ensino em libras quando os conteúdos são explicados pelo professor/instrutor surdo. O Ensino de libras quando o professor ouvinte explica o conteúdo

todo em libras e o Ensino da língua portuguesa com o docente surdo e o docente ouvinte ambos graduados em língua portuguesa com formação específica no ensino da L2 na modalidade

Apesar dos desafios existentes, o ensino da Língua Portuguesa como segunda Língua na modalidade escrita para as pessoas com surdez faz se necessário e emergente para atender as necessidades das mesmas, à luz de metodologias contextualizadas e significativas, valorizando seu potencial e desenvolvendo suas habilidades cognitivas, linguístico e sócio afetivo que venha consolidar e ampliar as aprendizagens em sala de aula.

Com a implantação do projeto de extensão a instituição buscou reduzir barreiras comunicacional, mudança de paradigmas e a desmistificação de incapacidade dos educandos em questão na aquisição de autonomia comunicativa, com os ouvintes que não dominam a Libras, tais fatores obstruem o processo de inclusão. Por isso, intervenções como esta devem ocorrer continuamente em todos os espaços educacionais, norteados por práticas pedagógicas que realmente contemplem a inclusão e que nesse processo educativo os aspectos qualitativos tenham mais importância que os quantitativos, dessa forma poderemos realmente nos considerar como uma instituição inclusiva.

### 3.3. ANÁLISE PRÁTICA-REFLEXIVA

O ensino de Língua Portuguesa para surdos requer metodologias que favoreçam a pluralidade discursiva, a dinamicidade lexical, e principalmente a contextualização comunicativa a partir das apreensões da realidade, possibilitando construções sintáticas e semânticas lançando mão de recursos imagéticos/visuais, objetivando a aquisição do conhecimento através da realidade concreta para então, instigar nestes discentes senso crítico-reflexivo acerca da subjetividade.

A Libras concebe um léxico abrangente, uma estrutura linguística, contudo grande parte dos surdos não são fluentes em Libras, fato que muito dificulta o ensino/aprendizagem além de outros fatores já discutidos. Cabe aos sistemas educacionais adotar estratégias, recursos e serviços afim de proporcionar acessibilidade essencialmente comunicacional para que as pessoas surdas não sigam sendo negligenciadas como vem ocorrendo da antiguidade a contemporaneidade.

Durante a execução do projeto em questão, foram trabalhados os conteúdos discriminados no tópico Materiais e Método, objetivando desenvolver nos cursistas surdos a apreensão de noções básicas acerca de sintagma, frase oração e período; coerência e

coesão; estrutura frasais; formas de composição: introdução, elementos estruturais, gêneros textuais; dificuldades gramaticais; interpretação de texto, análise de textos atuais; produção de textos; entendimentos de textos; tipologia textual; parágrafo dissertativo padrão: características, organização de ideias e elaboração; emprego das formas verbais; leitura e análise de texto; temas transversais e leitura de mundo.

A partir de uma perspectiva bilíngue: Estruturação do texto, do parágrafo e da frase. Norma culta e variação linguística. Correção e adequação, considerando a situação de uso da língua. Regras de funcionamento e uso do código escrito e implicações semântico-pragmáticas no texto (FERNANDES, 2003)

Com este manuscrito, buscou-se analisar as contribuições do curso de Português como Segunda língua para surdos desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, através do Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE com a participação dos professores/Intérpretes de Libras

O curso ocorreu no ano de 2018, contamos com cerca de 25 matriculas de alunos surdos Nesta abordagem o curso de Língua Portuguesa para surdos busca dar condições para que os alunos com surdez desenvolvam a competência linguística e textual e sejam capazes de ler e escrever em Língua Portuguesa, ampliando seu acervo textual na disciplina. O curso também ofereceu ao aluno a pluralidade dos discursos, através dos quais eles terão a oportunidade de interagir com os mais variados tipos de situações e de enunciações. Para tal, o conteúdo programático trabalhado deu ênfase as práticas de produção textual sem descaracterizar os conteúdos gramaticais.

No tocante às metodologias utilizadas no processo de mediação do ensino de L 2 procuramos privilegiar as que mais se aproximam da vivência de pessoas com surdez, o canal de comunicação foi a Libras e trabalhamos da seguinte maneira: Contextualização e problematização dos conceitos abordados, a partir de situações do cotidiano escolar, roda de leitura e discussão em libras dos textos, estudo dirigido, individual e em grupo, aulas expositivas com utilização de recursos audiovisuais (data show), apresentação de vídeos e filmes, estímulo a expressão em libras possibilitando a fluência de ideias, recriação de textos já lidos, atividades individuais e em grupo (FERNANDES, 2013; GONÇALVES; FESTA 2013).

O processo avaliativo teve um caráter formativo possibilitando a obtenção de habilidades necessárias ao desenvolvimento escrito da língua portuguesa, e principalmente permitir aos alunos perceberem as suas dificuldades de aprendizagem, seus avanços e superações, refletindo sobre seu percurso de aprendizagem (BOTELHO, 2002).

Em relação aos pontos positivos podemos destacar a assiduidade, a cooperação e o esforço dos alunos em aprender a língua portuguesa na modalidade escrita, percebemos avanços significativos ao que diz respeito o aprendizado e a consolidação da Libras em sala de aula já que, contamos com uma turma heterogênea em que aqueles que estavam aprendendo ainda a língua de sinais acabou se apropriando e aprendendo com aqueles que já dominavam. Outro ponto que destacamos foi o envolvimento com os alunos nas atividades de produção textual. Conseguiram desenvolver seus textos mesmo que ainda apresentando problemas quanto ao aspecto formal da língua escrita. Também percebeu-se aumento de léxicos e de ideias em suas produções. Como se observa nas escritas de dois surdos cursistas em 2018, que foram nomeados de S1 e S2 nos exemplos a seguir:

*A Violência*

A Trabalho de alguém muito avda colônis mas  
 precisa depende difícil que a pessoa paga de trab  
 alho, procurar em pensar.

Brasil governo de organização precisa de,  
 o obrigatório lei prometer justiça mas valores  
 de pessoa depende ainda, muito é governo difícil.

O televisão do problema alguém é pessoa que  
 tenho porque a violência de novo vida Brasil  
 só é não diferente ~~em~~ incoerência pessoa estar  
 como o todo problema.

As muito pensar muito coisas precisam,  
 ocupado se ajudar depende importante mas  
 política muito procurar pessoa mal que parar.

O Política do Brasil porque preparar precisa  
 muito televisão mídia assistir família regras de  
 como acontecer difícil coisas ter muito ~~em~~  
 televisão televisão muito países.

O Empresas organização depende dinheiro  
 para problema dos org mídia se empregar ainda  
 governo.

Figura 1. Texto do cursista S1.

Quando de giratina o tem precisar aprender  
 voce tem influencia, paciencia da meu vida  
 ônibus motorista da rodoviária o odio  
 meu meu para escola tu assim oho  
 deprovação de contener o voce tem conhecer  
 tentar para conhecer, encontro com  
 passear perguntar e admito sempre  
 voce qualquer o de muitos as cuca ou  
 calça os demorando ai ganhar agende  
 assistir ou televisão da cair skate na  
 cidade voce cuidar, livros os basico  
 politica salvar o demais mas porque  
 meu sobre a mar prancha, reclamação  
 esforço de família tu gastar bem, avisar  
 andar o vinhos flocado de água caixa o  
 comunicação o politico tu estratégia der  
 calma mere ela cadeira, bagunça voce  
 confusão terminar, vontade organizar  
 o moleque esse lerbica de contener bater  
 coitar no pido aula os escola tu aprender

Figura 2. Texto do cursista S2.

Os pontos que podemos apontar como negativos é a própria complexidade da língua portuguesa para surdos e as barreiras atitudinais e comunicacionais seja, impostas pelos ouvintes, seja pela falta de efetivação de políticas públicas de acessibilidade. Uma coisa é ensinar língua escrita para alunos desde a infância, outra é trabalhar com déficits linguísticos, isto só reafirma que o principal empecilho não é a deficiência, mas sim as barreiras impostas pela sociedade (BRASIL, 2009). Muitas literaturas apontam estratégias de ensino para o português como segunda língua, porém, a prática acaba não consolidando

esses aspectos de aprendizagem, visto que se trata de uma problemática histórico-cultural e suscita quebra de paradigmas, ressignificação social, e desconstrução da incapacidade das pessoas surdas em se desenvolverem em todas as áreas da vida.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita Apresentada surge de ações necessárias nos espaços educacionais, e que tais ações devem ser incorporadas ao plano de desenvolvimento institucional - PDI no formato de formação contínua de professores de Língua Portuguesa na modalidade escrita e pessoas surdas, visando reduzir diversas barreiras principalmente as atitudinais e comunicacionais que muito prejudicam a vida destas pessoas surdas na sociedade

Os objetivos propostos foram alcançados, pois a metodologia adotada permitiu a realização das atividades práticas numa perspectiva colaborativa envolvendo os alunos surdos com os conteúdos tematizados, além de despertar nos mesmos maior pluralidade lexical, compreensão de mundo, noções conceituais estrutura sintática e semântica da LP.

Identificou-se também que apesar do público-alvo ser adulto, as subjetividades mostrou uma turma heterogênea, na qual havia estudantes surdos, que não dominavam a Libras, e nem a LP e outros que eram fluentes em Libras e aqueles que liam e escreviam em português de modo compreensível, e ainda os iniciante, um ponto positivo foi a troca de conhecimento entre eles, com a mediação dos professores tradutores/intérpretes resultou em aprendizado compartilhado.

Nesta perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, requer atuação profissional, envolvimento institucional, colaboração conjunta e prioritariamente senso crítico-reflexivo, no sentido de se pensar uma educação inclusiva para todos que respeite as singularidades, construindo uma sociedade mais humana e menos excludente.

Assim, pôde-se constatar que os cursistas surdos foram muito participativos, adquiriram competências e habilidades com o uso da língua portuguesa, ampliação do domínio da Libras, o a resistência histórica em aprender LP, a importância da articulação da Libras e LP para o ensino da LP na modalidade escrita, a relevância da escolha do conteúdo e da metodologia utilizada.

## 5. REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. A. M; SILVA, L. A. M. **Breve Resumo do Itinerário Histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/28716620-Breve-resumo-do-itinerario-historico-da-educacao-especialna-perspectiva-da-educacao-inclusiva.html>>. Acesso: 10/02/2020.
- ARAÚJO, A. A; PEREIRA, M. L. S; VIANA, R. B. M. **Norma culta, norma popular e ensino de língua portuguesa**. In LIMA, Á. H. V.; PITA, J. R.; SOARES, M. E. *Linguística aplicada: os conceitos que todos precisam conhecer - volume 1*, Pimenta Cultural, 2020.
- BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 6.571 de 18 de Setembro de 2008**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, 2007.
- BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão: Abordagem Bilíngue na Escolarização da Pessoa com Surdez**. Organizadores: ALVEZ, B. C; FERREIRA. P. J; DAMÁZIO. M. M. Fascículo IV, Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciência e Educação**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- FERNANDES, S. **Educação bilíngüe para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. (Tese) Doutorado em Letras - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003,
- FIORIN, J. L. **Introdução à linguística**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.



MANTOAN, M. T. E. Escola dos diferentes ou escolas das diferenças? **Com Ciência (UNICAMP)**, v. 1, p. 1-3, 2012.

NUERNBERG, A. H. **Rompendo Barreiras Atitudinais no contexto da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. UFSC, 2011.

ONU. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 23<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cutrix, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.